

Segundo Fórum de Políticas Públicas em HIV/Aids debate acesso à informação para mulheres

O Segundo Fórum de Políticas Públicas em HIV/Aids aconteceu no fim do mês junho, na cidade de Presidente Prudente -SP, com o objetivo de discutir o acesso à saúde por mulheres. Segundo a organização, há uma enorme necessidade de informação sobre as políticas de prevenção voltadas ao público feminino, envolvendo desde as relações sexuais entre mulheres, bem como o direito reprodutivo da mulher soropositiva, empoderamento feminino diante das relações afetivas, entre outros.

(Agência de Notícias da Aids, 14/07/2019 - acesse no site de origem)

Participaram do evento as ativistas Rafaela Queiroz, do Movimento Nacional das Cidadãs Positivas e Vanessa Campos da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (RNP+).

“Foi impactante porque, trazer para o interior esse tipo de pauta foi revolucionário, já que nós não estamos acostumados com um evento dessa magnitude aqui. Tivemos mais de 400 pessoas presentes, tanto da cidade de Presidente Prudente como da região”, afirma Carla Diana, coordenadora da Associação Prudentina de Prevenção à Aids (APPA).

Os principais temas abordados foram as políticas públicas de insumos de prevenção para mulheres lésbicas e bissexuais; direitos sexuais e reprodutivos de mulheres que vivem com HIV/aids, e os impactos da reforma da previdência nessa população.

Para Rafaela Queiroz, “as mulheres na epidemia de aids, mesmo após mais de 30 anos, ainda seguem tentando conquistar espaço e voz no que se refere aos seus corpos e vivências. Não vejo as políticas públicas sendo construídas por e pelas mulheres, se pararmos pra analisar são sempre homens construindo e dizendo o que pode e não pode. No Departamento de Aids tivemos apenas duas mulheres como diretora, daí já tiramos a falta de políticas voltadas à nós, mulheres vivendo com HIV tem seus corpos mais atingidos pela lipodistrofia, há redução da lubrificação vaginal, há impacto no envelhecimento precoce e onde estamos nós falando sobre e para nós?”

“Este fórum é uma grande conquista. A própria mesa composta apenas por mulheres não é realidade em eventos. Se temos uma política de aids que ainda não inclui a subjetividade dos corpos femininos, quem dirá pra a diversidade das identidades de gênero, mulheres bi e lésbicas quando se trata de prevenção às ISTs em relação MSM (mulheres que fazem sexo com mulheres) numa relação cisgênero tem se apenas insumos de prevenção voltados ao falo e essas mulheres adaptam o preservativo existente para as relações sexuais o que causam uma vulnerabilidade maior. Ninguém assume quais são e se de fato existem essas vulnerabilidades, afinal quais pesquisas nos inclui? Mulheres lésbicas em consultas com ginecologistas tem uma maior dificuldade de serem atendidas e conseqüentemente de um diálogo sobre prevenção e exames ginecológicos básicos, por ter médicos despreparados para atendê-las, o que promove o afastamento de consultas e diagnósticos tardios”, conclui Rafaela.

A ativista Vanessa campos ressalta que “garantir os direitos sexuais e reprodutivos das

mulheres é um choque contra o machismo e racismo estruturais da sociedade brasileira. E quando se fala em mulheres vivendo com HIV/aids a vulnerabilização é potencializada. No cenário político atual, aonde os direitos humanos e igualdade de gêneros são desprezados, e misoginia e LGBTQfobia são alimentadas por discursos de ódio, o resultado é o agravamento das violências estruturais e desigualdades sociais que são verdadeiros motores do retrocesso na luta contra a epidemia de aids. Precisamos avançar no cuidado integral das pessoas e isso sim faz a prevenção acontecer de forma efetiva.”

“É fundamental que haja campanha para visibilizar de forma contundente sobre a prevenção ao HIV no pré-natal e amamentação. Venho falando que as mulheres cis precisam estar na população-chave da prevenção ao HIV. Só assim poderão ter acesso facilitado à PrEP. Sabemos que a grande maioria das mulheres não têm autonomia para exigirem uso do preservativo de seus parceiros. Mulheres cis tbm deveriam ter direito à PREP durante a gravidez e no pós-parto, assim não correriam o risco de se infectarem com HIV e de transmissão para a criança através da amamentação. Na prevenção da transmissão vertical do HIV, não basta somente acompanhar, tratar e orientar a mulher que vive com HIV/aids porque há mulheres que durante todo o pré-natal são negativas para HIV, mas após o parto, são infectadas pelos seus parceiros (e não sabem) e podem transmitir o HIV para seus bebês através da amamentação”, afirma Vanessa.

Fundada em 28/09/1992, a APPA nasceu com o objetivo principal de combater a aids através da sensibilização, além de oferecer apoio psicossocial aos portadores necessitados que a ela se dirigisse.

Por isso, trata-se de um evento que marca os 27 anos de fundação da APPA, e como parte da festividade, acontece como espaço para ampliar as informações e discutir as políticas que envolvem a temática do HIV/aids.

Passados 26 anos da sua fundação, hoje a instituição apresenta-se à comunidade em geral como um Centro de Convivência cuja atuação acontece em duas frentes de trabalho, saúde e assistência social, caracterizando-se assim como Instituição Híbrida ofertando serviços em ambas áreas de atendimento, com ações de promoção da qualidade de vida, cidadania, inserção e reinserção social e econômica das pessoas vivendo com HIV/aids na saúde, e constituição de um espaço de socialização e participação individual e familiar de pessoas sem HIV/aids em situação de vulnerabilidade social através de oficinas que despertem a convivência social e o desenvolvimento comunitário, na assistência social.

Por Redação da Agência de Notícias da Aids